

RECENSÕES

GIBELLINI, Rosino (Coordenador): **La nueva frontera de la teología en América Latina**. 302 pp., 23 x 15,5 cm. Ediciones Sigueme. Salamanca. Espanha. 1977.

Rosino Gibellini reúne neste volume 13 ensaios sobre a teologia da libertação, alguns já publicados anteriormente, escritos por teólogos latinoamericanos. O próprio coordenador divide e classifica os artigos em seis secções: "a) O artigo de Gustavo Gutiérrez continua o discurso de sua obra principal e pode considerar-se como introdutório da temática geral. b) Os artigos de Raúl Vidales, Joseph Comblin, Luis del Valle tratam a partir de diversos ângulos questões relativas à nova metodologia teológica. c) Os artigos de Leonardo Boff e de Hugo Assmann centram-se na questão de uma formulação da cristologia dentro de uma teologia da libertação. d) Ronaldo Muñoz dedica seu ensaio à eclesiologia. e) Segundo Galilea trata da pastoral e da espiritualidade. f) A última secção recolhe alguns ensaios que tratam de certas questões nucleares da teologia da libertação: Enrique Dussel delinea seus antecedentes históricos, Juan Carlos Scannone designa a cultura popular como o lugar hermenêutico do projeto da libertação, Juan Luis Segundo aborda o problema da opção entre sociedade capitalista e sociedade socialista, José Miguez Bonino oferece uma interessante contribuição relacionando a teologia da libertação com os temas clássicos da teologia protestante, Rubem A. Alves traça, "depois que foi abortado o êxodo com que sonhávamos", sua autobiografia teológica sobre o motivo de uma teologia da catividade. O Volume conclui com uma bibliografia essencial de textos da teologia da libertação, compilada por Raúl Vidales" (pg 10-11).

De todos estes artigos escolho três para fazer algumas observações.

Assmann escreve sobre "La actuación histórica del poder de Cristo. Notas sobre el discernimiento de las contradicciones cristológicas" (pg. 133-144). As reflexões em torno a este artigo vão publicadas mais adiante.

Precioso é o artigo de Segundo Galilea: "Teología de la liberación y nuevas exigencias cristianas" (pg 156-173). O autor

mostra inicialmente como seu interesse pela teologia da libertação surgiu da renovação pastoral latinoamericana. Nestas perspectivas da evangelização aborda neste artigo "alguns assuntos que lhe parecem urgentes em relação a um aprofundamento da teologia da libertação e em relação a tarefas pastorais que nela se inspiram" (pg. 157).

O autor divide o artigo em três partes. Na primeira "La liberación en la conferencia de Medellín", além de mostrar a relação da teologia da libertação com os documentos oficiais do episcopado latinoamericano, mostra a importância desta teología no momento atual, seu caráter específico, que é o de ser uma reflexão da fé e não uma análise sociológica da realidade (cf. pg. 158), embora esta análise seja um dos pressupostos da reflexão teológica (cf. 159s). Acena para o fato de que a teologia da libertação não é uma escola, mas apresenta diversas correntes; que é necessário distinguir entre "o que é propriamente temática teológica, e o que são reflexões de cristãos em torno à libertação sociopolítica. Estas últimas não são teologia da libertação, embora com frequência alcançam maior publicidade, e estão constituídas em boa parte por documentos e proclamas de cristãos e sacerdotes "comprometidos". A confusão de ambos os níveis, o de teólogos da libertação e o de cristãos que em torno ao tema da libertação fazem reflexão sociopolítica ou denúncias proféticas, tem prejudicado a própria teologia da libertação, tornando-a objeto de críticas que propriamente não lhe pertencem, ou fazendo-a parecer reduzida ao político, sem suficiente dimensão teológica e pastoral" (pg 159). A seguir indica as diversas correntes da teologia da libertação e sua necessária correlação com a "libertação cultural, social, política, econômica e religiosa" (159). Depois de abordar os pressupostos da teologia da libertação, indica alguns temas importantes tratados por ela, para finalmente discorrer sobre os diversos motivos que suscitam críticas e oposições à ela.

Entre os pressupostos desta teologia, conhecidos por todos, aprez-me citar um, devido a alguns pormenores importantes (que retornam em outros lugares do artigo), mas frequentemente esquecidos por outros teólogos da libertação: "El primer presupuesto es el de la dependencia injusta como una de las causas esenciales - no la única - de la miseria de nuestros pueblos. Esta dependencia en sus rasgos más evidentes es socioeconómica, pero más sutil y profundamente es también política y sobre todo cultural.

La teología, en su punto de partida, asume este hecho de la dependencia. No asume una forma determinada de analizar esta situación, ni se liga a tal o cual interpretación ideológica del hecho de la dependencia ("teorías de la dependencia", algunas marxistas,

outras no). La teología parte del hecho, no de una teoría de la dependencia. Eso le permitirá, en su elaboración posterior, evitar la trampa de una teología "ideologizada", y de mantener su nivel profético, donde cristianos de diversas opciones ideológicas de cara a la liberación, podrán encontrar-se. En cambio, aquellas elaboraciones teológicas en torno a la liberación que desde el comienzo asumieron un determinado análisis y opción sociopolítica, no han podido evitar el "ideologizarse" y transformarse en una "teología justificativa" de partidos tomados" (pg 159-160).

São observações preciosas e justas, que deveriam ser tomadas em conta por muitos teólogos e vulgarizadores da teologia da libertação.

Na segunda parte Segundo Galilea trata de "tarefas urgentes do compromisso cristão", especificamente da "Libertação cultural" e da "libertação da violência". Na terceira parte apresenta as "exigências de uma espiritualidade" da libertação, em íntima correlação com a libertação dos pobres e o compromisso com eles.

Trata-se de um artigo realmente esclarecedor e orientador, em meio às muitas confusões e incompreensões existentes em relação à teologia da libertação. Conhecendo os pressupostos desta teologia e suas necessárias conseqüências para a praxis cristã e a reflexão, o autor indica algumas pistas para uma autêntica TEOLOGIA da libertação e para uma autêntica praxis cristã libertadora. Percebe-se ao longo de todo o artigo o pulsar do Espírito Santo a animar as reflexões do autor e suas sugestões práticas para a ação, em aberto contraste com outras publicações de certos tipos de sociologias e "teologias" de libertação.

José Miguez Bonino, em "Praxis histórica e identidad cristiana" (pg 240-260), indica, como protestante latinoamericano, a problemática que a teologia da libertação coloca a quem procede do protestantismo, principalmente aos princípios da "sola fides-sola gratia", "sola Scriptura", "Solus Christus". De um modo especial estuda a relação entre escatologia (Reino de Deus) e praxis histórica libertadora. O próprio autor resume o seu pensamento em três proposições: "a) só na obediência da fé há discernimento do Reino na história; b) esta obediência não pode nem deve querer escapar à tensão de sua dupla referência histórica - nomear e manifestar a realidade escatológica que esperamos - ; c) esta obediência realiza-se historicamente em mediações (doutrinárias e ideológicas) que devemos reconhecer, analisar e assumir criticamente. Conseqüentemente não corresponde tentar formular uma ética cristã geral e atemporal, mas só posições concretas e temporais" (pg 256). Nesta linha analisa a seguir a relação concreta entre o "reino e o dilema sócio-político-econômico latinoamericano" para optar por uma solu-

ção bem concreta: "uma sociedade socialista em lugar da capitalista" (pg 259).

Pe. Claudio Luiz Bins, S.J.

ASSMANN, Hugo: "La actuación histórica del poder de Cristo. Notas sobre el discernimiento de las contradicciones cristológicas", em Rosino Gibellini (Coord): La nueva frontera de la teología en América Latina. Salamanca, 1977, pp 133-144.

Nestas breves "notas" Assmann apresenta para o "cristão revolucionário", o "teólogo da libertação" (cf pg 138; E nós acrescentamos necessariamente: para certos tipos de teólogos da libertação, a fim de não serem esvaziados os autênticos teólogos de uma libertação cristã). e para um "cristão marxista" (cf pg 142) critérios (1º) tanto para o discernimento das contradições cristológicas, de fato existentes nas cristologias, (2º) como para a opção pelo "Cristo Libertador" (que ele concebe de uma certa maneira), (3º) como para descobrir onde, por quem e contra quem o poder de Cristo toma partido hoje.

O critério fundamental e decisivo para responder aos três mencionados "problemas", que em última análise se reduzem ao terceiro, é sempre a praxis histórica, mais concretamente o primado absoluto da realidade sócio-político-econômico-histórica, concebida de uma forma bem determinada. Diz Assmann:

"O conflito das cristologias não pode ser analisado, nem dirimido fora da dialética dos conflitos sócio-políticos, que foi desde sempre seu real condicionamento histórico. Toda outra maneira de acercar-se ao problema resulta viciada de idealismo" (pg 135; grifo meu).

"A fé em um Cristo libertador, cujo poder liberador se enxerta vivamente na luta de classes e "toma partido" das classes oprimidas, se choca violentamente com todos os Cristos das classes opressoras, os quais há em quantidade, recriados segundo as necessidades" (pg 135s; grifo meu).

A partir de uma determinada análise sócio-político-econômico-histórica Assmann estabelece onde e por quem Cristo toma partido hoje. Surgem assim "os rasgos iniciais de um Cristo libertador, enxertado no seio da única história humana marcada pelas contradições e conflitos. A atuação de Seu poder tem,

portanto, necessariamente um sentido e uma direção definidas: ao lado dos oprimidos e contra os opressores. Já não se trata do grande reconciliador que está para além de todos os conflitos, que se travam aqui e agora, embora a intenção final de Seu poder atuante seja nitidamente a reconciliação fraternal dos homens já aqui no seio da história terrena. Não se trata de um Cristo sectariamente partidista, nem, muito menos, de um promotor fanático que apóia uma só tática. Além disto, Seu poder não se exerce aparte, não possui uma "história própria" distinta da dos homens, mas é um poder que toma partido em e através dos homens" (pg 141).

Anterior a estes e outros critérios, de acordo com o autor, é a praxis da fé, que se colocou decididamente do lado dos oprimidos contra os opressores (cf principalmente pg 133). Na perspectiva das reflexões do autor (e não na perspectiva de todos os teólogos da libertação), não se trata de uma praxis da fé, como ele afirma, mas de uma praxis que se aproveita de motivos, princípios e critérios evangélicos para justificar-se de cristã perante cristãos inadvertidos, que ele chama de "aliados potenciais para o processo libertador" (cf pg 139). O autor, desprezando por diversos motivos os "Cristos oficiais" das Igrejas (como ele os denomina), reconhece que doutrinariamente suas cristologias apresentam elementos resgatáveis para os intentos de sua análise cristológica e para uma cristologia libertadora. Neste contexto o autor, revelando sua mentalidade e tática, escreve: "Isto vale no plano doutrinário, mas vale principalmente pelo fato de que o cristão revolucionário não pode permitir-se ir contra os que aceitam as cristologias eclesásticas quando, por razões sociais e de classe, se trata de aliados potenciais no processo libertador" (pg 139). Assim, fica claro: o que interessa para o autor é a praxis libertadora, concebida e realizada de certo modo. Das "cristologias oficiais" ele utiliza o que serve para esta praxis e o que serve para enganar e atrair cristãos "inadvertidos" para esta mesma praxis.

O autor, com facilidade estupefata, classifica ironicamente de "opressoras" todas as cristologias, todos os Cristos e o poder atuante de Cristo, que não se deixam submeter ao princípio de luta de classes e ao primado absoluto da realidade sócio-político-econômica. Como se Cristo e a libertação por Ele trazida se deixassem enquadrar e aprisionar pela mesquinhez dos ódios e das concepções sócio-político-econômicas dos homens! Aliás, é arbitrário e contra os fatos coartar toda a teologia da libertação ao seu aspecto sócio-político-econômico. Existe também a **opressão** das ideologias totalitárias (não só da direita, mas também da esquerda) e das teologias facciosas que não toleram outra visão das coisas senão as que lhes interessam..

Para a reflexão do autor, assim como estas suas breves notas o manifestam, o Jesus histórico e o Cristo da fé (a revelação cristã), a Palavra definitiva de Deus aos homens, não têm a primazia, não são o fundamento e o critério último para todo o discernimento das Cristologias, dos Cristos, da ação do poder de Cristo hoje e da práxis da fé cristã.

Para os cristãos, entretanto, o fator último e decisivo (apesar de todos os sérios problemas conexos), para discernir e determinar as cristologias, os Cristos, o poder atuante de Cristo, continua sendo, também e ainda hoje, a revelação primitiva, o próprio Jesus Cristo, o da fé e o da história, numa unidade, aceito na fé pessoal, sob o contínuo impulso do Espírito Santo, dentro da comunidade eclesial, dirigida pelos legítimos sucessores dos apóstolos. Também os cristãos reconhecem a importância da práxis e das influências sócio-político-econômicas para a elaboração das cristologias, dos Cristos, para a determinação do poder atuante de Cristo hoje e no seu tempo, para a formulação da revelação nos tempos de sua constituição como nos de hoje. Para os cristãos, entretanto, estes e outros fatores, por mais importantes e decisivos que sejam, não constituem o fator último, decisivo e primordial em toda esta questão.

As "notas" da Assmann são certamente interessantes e úteis como análises sociológicas das cristologias, dos Cristos e da determinação do poder atuante de Cristo, feitas a partir de uma absolutização da realidade sócio-político-econômica e de uma cerrada luta de classes. E podem, dentro de certos limites, auxiliar a purificar e questionar aspectos das cristologias, de Cristos e da determinação do poder atuante de Cristo e de uma autêntica TEO-logia da libertação.

Mas as reflexões de Assmann não são propriamente TEO-logia, não têm suas raízes no Deus vivo e verdadeiro, que atua na revelação histórica libertadora do povo eleito e na história salvífica de todos os homens de nossos dias.

O poder salvífico-libertador de Cristo, nestas "notas" de Assmann, é coarctado e acorrentado aos poderes sócio-político-econômicos e à luta de classes; recebe destes as diretrizes para onde, como e por quem se exercer. O poder salvífico-libertador de Cristo, assim concebido e realizado, não pode ser mais exercido em favor de todos os homens, como ensina a revelação, mas limita-se necessariamente a uma luta de classes, e a determinados setores da vida humana. Desta forma Jesus Cristo hoje, como nos tempos de sua vida terrena, é aprisionado, crucificado e oprimido até à morte pelos "poderes" deste mundo; é impedido, na reflexão e na práxis, de realizar o Seu poder salvífico-libertador do homem todo e de todos os homens.

Mas também hoje, como então, não há “poder” deste mundo corrupto, nem o das esquerdas, nem o das direitas, nem o estabelecido, nem o por se estabelecer, nem o do oriente, nem o do ocidente, nem o de certo tipo de “teologia da libertação”, que impeça ao Cristo evangélico de realizar, na fraqueza, apesar das humilhações, das mutilações, dos escárneos e ironias, o Seu poder salvífico-libertador junto a todos os homens.

O que Assmann preconiza como “teologia da libertação” (em detrimento da legítima e autêntica teologia da libertação) e como “Cristo libertador” é de fato uma opressão escavizadora não só da “libertação” e de sua “teologia”, não só de Cristo e de Seu poder, mas também (e lastimavelmente) dos próprios oprimidos, que a sociologia de Assmann quer libertar. E o motivo é simples. Toda teologia e toda práxis libertadora que colocam seu eixo e fundamento, seu princípio e fim, seu critério último e decisivo fora do Deus vivo e de Jesus Cristo, homem e Deus verdadeiro, e de Sua ação salvífico-libertadora (com todas as repercussões nos indivíduos, nas sociedades, nos fatores e estruturas sócio-político-econômicas), por mais libertadoras que aparentam ser, revelam-se mais cedo ou mais tarde, como a história o mostrou e mostra, realmente opressoras e geradoras de maior opressão. Para Cristo libertar com Seu poder salvífico hoje ao homem todo, em todas as suas dimensões, e a todos os homens, oprimidos e opressores, não é necessário, na reflexão e na práxis, distorcer os dados fundamentais da revelação.

Pe. Cláudio Luiz Bins, S.J.

BECKER, Karl J. S.J: O Ministério Sacerdotal. Natureza e poderes do Sacerdócio segundo o Magistério da Igreja. (Coleção “Homem em questão” 13). Tradução do original alemão pelas Monjas Beneditinas da Abadia de Santa Maria, S.P. 182 pp, 20 x 13 cm, Edições Paulinas, São Paulo 1976.

Uma das realidades eclesiais que mais entraram na “revisão” teológica e sociológica dos nossos tempos foi o sacerdócio católico. Nem podia ser diferente. Para compreendê-lo basta recordar umas palavras-chaves que dominaram a época: ecumenismo, secularização, morte de Deus, desmitização, Vaticano II. Em tudo isso necessariamente devia ser atingido o sacerdócio, representante qualificado da Igreja e seu ministério ativo no meio da sociedade em ebulição. Vieram críticas de fora da Igreja, da sociedade seculariza-

da; vieram questionamentos ainda mais veementes de dentro, de "progressistas" e "conservadores" (ainda bem vivos nas regiões de adesão ao espírito de Lefebvre), da exegese neotestamentária e do diálogo ecumênico, dos homens da pastoral, desejosos de novas formas de um ministério mais inserido no povo de Deus, no mundo, e avessos a um clero distanciado e "sacralizado".

"Revisão" e atualização é isto mesmo. São perguntas justificadas e necessárias. O que importava era alcançar a devida profundidade, amplitude e capacidade de discernimento ao se agredir a discussão em torno de uma instituição tão central, estrutural e tradicional da Igreja, crescida com ela desde os tempos bíblicos.

O P. Karl J. Becker, professor na Universidade Gregoriana em Roma quis focalizar no seu livro um aspecto não só importante mas muito decisivo para a compreensão do sacerdócio católico, aquele indicado no subtítulo; "sacerdócio segundo o Magistério da Igreja". Se o Magistério oficial da Igreja, partindo do NT, atravessando os séculos, respondendo aos questionamentos das épocas, tivesse desenvolvido uma concepção constante e coerente e tivesse mesmo "definido" pontos doutrinários firmes, ninguém poderia esperar que o Espírito Santo quisesse mudar agora alguma coisa de essencial nesta doutrina. O que Ele deseja, sim, é aperfeiçoar os ministérios da Igreja, adaptá-los às necessidades dos tempos, também da era atômica.

O original alemão apareceu em 1970 ("Der Priesterliche Dienst", Ed. Herder). Interessantes são logo as duas primeiras frases: "O 4º Concílio do Latrão (1215) apresenta pela primeira vez na história do magistério supremo uma asserção de cunho obrigatório sobre o sacerdócio. Durante mais de 1000 anos... não foram necessários na Igreja, pronunciamentos neste domínio da fé, embora os concílios, quase sem exceção alguma, reiteradamente se ocupassem com os que exerciam ministérios nas dioceses e nas comunidades" (p 9). É profundamente significativo que a necessidade de pronunciamentos na Alta Idade Média proveio de dois motivos que de algum modo ficaram aderentes ao questionamento do sacerdócio até hoje: o problema da consagração da Eucaristia e a questão da vida concreta sacerdotal dentro da sociedade (pp. 17-18). Foram os Valdenses e os Cátaros que contestaram ambas as coisas. A resposta do 4º Concílio do Latrão está contida nesta frase central: "Ninguém, por certo, pode consagrar este sacramento senão o sacerdote devidamente ordenado" (Denz-Schönm. 802).

O problema da Eucaristia e com isso do sacerdócio continua a ser posto nos escritos de Wiclif e de Hus, em seguida pelos grandes Reformadores Lutero, Zwínglio e Calvino. Aos primeiros

respondeu o Concílio de Constança (1414-1418), e aos segundos o de Trento (1545-1563). Além disso enuncia a mesma doutrina o Concílio de Florença ao concluir o convênio de fé com os Armênios do Oriente. Nos tempos modernos multiplicaram-se os pronunciamentos do magistério através das encíclicas de todos os Papas de Leão XIII até Paulo VI. Do Concílio Vaticano II diz o autor na primeira frase desse capítulo: "...ocupou-se, como nenhum outro havia feito, do sacerdócio, recolhendo todas as declarações anteriores do magistério" (129). Fala dele em diversos documentos: *Lumen Gentium*, *Sacr. Concilium*, *Presb. Ordinis*, *Christus Dom.*, também no decreto sobre o Ecumenismo.

No último capítulo, pp. 153-180, o autor procura esboçar as linhas do desenvolvimento doutrinal e responder a algumas das "interrogações sobre interrogações" que se fizeram precisamente depois do Vaticano II, depois de um século das mais extensas explanações sobre o sacerdócio. Queremos reter três resultados desta pesquisa: 1) "O magistério, desde Éfeso (431) até o Vaticano II repete com uma insistência jamais interrompida... que Cristo é o Sacerdote da Igreja e que todo o sacerdócio não é senão participação do sacerdócio dele" (p. 165). Com isto está marcado o princípio central e permanente, em torno do qual se devem procurar as soluções para determinar o ser e as formas do ministério como as exigências da vida sacerdotal. 2) "O sacerdócio católico deve ser entendido tomando-se Cristo e a cruz como ponto de partida. Por isso a função fundamental do sacerdote não é o anúncio da palavra, nem o governo da comunidade, mas o poder de celebrar o sacrifício da missa". "Para isto - diz o Vaticano II (*Presb. Ord.* 2,4) - tende e nisso culmina o ministério dos sacerdotes" (p. 166). Anunciar a palavra, presidir a comunidade podem também outros, não assim celebrar o sacrifício de Cristo em nome dele. 3) "Este sacerdócio é conferido pelo sacramento da Ordem" (p. 166). "Com isto, diz o autor, não respondemos a todas as questões, mas àquelas que, conforme decisão do magistério, já não são discutíveis no âmbito da fé católica, porque foram resolvidas" (p. 168). "Restam muitas outras" (ib.). São abordados ainda os seguintes temas: o uso dos termos *sacerdos* - *presbyter* (168-171), o sacerdócio dos presbíteros, dos bispos e dos fiéis (171-175), e indicadas pistas para ulterior investigação.

Foi certamente o valor prático orientador desse livro que moveu as Edições Paulinas a publicá-lo no Brasil. Fizeram-no num volume de feitio e imagem gráfica muito agradáveis. A tradução é das Monjas Beneditinas da Abadia de S. Maria, em São Paulo.

No original alemão o estudo do P. Becker faz parte de uma coleção sobre "*Der priesterliche Dienst*" como volume 2; o primeiro é dedicado à origem e a história primitiva do sacerdócio, o terceiro à

gênese do sacerdócio ministerial (Amtspriestertum) na Igreja primitiva, seguindo-se um quarto, quinto e sexto sobre "aspectos jurídicos da problemática atual", "ministério e ordenação na visão ecumênica" e "A questão das Ordens Anglicanas". Todos eles foram publicados entre 1970 e 1973 ("Quaestiones Disputatae", Editora Herder, Freiburg).

Pe. Frederico Laufer, S.J.

BOFF, Leonardo: *Eclesiogênese. As comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja* (Coleção "Cadernos de Teologia e Pastoral" 6). 114 pp. 21 x 13,7 cm. Ed. Vozes Ltda. Petrópolis 1977.

L. Boff oferece neste opúsculo uma breve e substanciosa reflexão teológica sobre as comunidades eclesiais de base (CEBs) (9-50). Primeiramente Boff pergunta pelo futuro das CEBs (12-20, cap. II). Elas não são uma alternativa para a Igreja-instituição (como se a Igreja toda se pudesse transformar em comunidade), mas o "permanente fermento renovador" da Igreja inteira (16). Igreja-instituição e CEBs não se excluem; pelo contrário: uma não pode prescindir da outra (cf. 18).

A seguir Boff pergunta pela eclesialidade das CEBs (são elas Igreja ou apenas possuem elementos eclesiais?) (21-37, cap. III), para concluir, depois de bela e sintética reflexão sobre Igreja universal e Igreja particular: "as CEBs são, com correção teológica, verdadeira Igreja universal concretizada neste nível de pequenos grupos" (34).

O cap. IV (38-46) explicita a eclesiologia subjacente à aceitação das CEBs como legítima realização da Igreja. É uma eclesiologia que parte da realidade Povo de Deus como instância primeira, enquanto a organização é "segunda, derivada e a serviço da primeira" (41). Assim "a existência e o funcionamento das CEBs permitem recolocar... toda a problemática dos ministérios como subdeterminações de um modelo vivido de Igreja, aquele de uma Igreja-comunidade fraterna, sacramento de libertação integral no mundo, dotada de muitos carismas" (46).

Destarte "as CEBs poderão contribuir na superação da atual estrutura da Igreja" (47-50, cap. V), não no sentido "de destruir, num processo falsamente libertador, a função episcopal e presbiteral", mas no sentido de "um arranjo novo de relacionamento dos termos bispo-padre-leigo" (49).

Seguem-se três "quaestiones disputatae" que estão em relação com a problemática de uma eclesiogênese a partir das CEBs. A primeira (51-72) trata da fundação da Igreja. Jesus pregou o Reino de Deus e não a Igreja. A Igreja surgiu da fé pós-pascal dos apóstolos, iluminados pelo Espírito Santo. A decisão para a missão aos gentios é o momento-chave. A partir daí, à pergunta "qual a forma institucional que Jesus quis para a sua Igreja?, poderemos responder: ele quis e continua a querer aquela que a comunidade apostólica, iluminada pela luz do Espírito Santo e confrontada com as urgências da situação, decidir e responsabilmente assumir" (70). Conclusão essencial para possível eclesiogênese.

A segunda "quaestio disputata" (73-81) defende a tese da possibilidade de um leigo ser "ministro extraordinário" da celebração eucarística, onde, numa comunidade unida pela fé e pelo amor à Igreja universal, faltasse, por longo tempo e sem culpa da comunidade, um ministro ordenado. Boff argumenta a partir do sacerdócio comum: "O poder sacerdotal... fundamental está presente na comunidade sacerdotal. Tematiza-se e se explicita numa pessoa pelo sacramento da ordem..." (79). O recenseador não acha feliz esse tipo de argumentação, pelo simples fato de não julgar adequada a categoria de "sacerdote" para expressar (especialmente hoje) a função ministerial na Igreja. Boff poderia ter partido do que ele tão primorosamente sintetizou a respeito do ministério da unidade (cf. 42-45) para concluir que o "poder" de celebrar a eucaristia nada mais é que o exercício do ministério da unidade em dimensão sacramental. Quem, nas condições por ele indicadas e acima resumidas, exercesse essa função (p. ex. um monitor de CEB), estaria atuando como "ministro extraordinário" no sentido indicado por Boff à pág. 81.

A terceira "Quaestio disputata" (81-108) trata do acesso da mulher ao ministério ordenado, mostrando "que não há argumentos decisivos que impeçam à mulher o acesso ao sacerdócio ministerial" (106). Apenas uma observação crítica de pomenor: Causou surpresa ao recenseador a reflexão sobre Maria que "possuía um sacerdócio muito mais eminente daquele dos ministros da Igreja" (96). O recenseador só a imaginaria no âmbito de uma mariologia exacerbada, de cunho conservador. Mas talvez ela denuncie o que já se manifestou na "quaestio" anterior e, no fundo, perpassa ambas as "quaestiones": a concepção de ministério em Boff é demasiado calcada em categorias de "sacerdócio".

RINSER, Luise e GENTILI, Egídio: **O Amor no celibato**. 138 pp, 21 x 13,5 cm, Editora Vozes, Petrópolis 1975.

1. "Eis um livro que não deixará indiferente a ninguém que o leia" diz a última página da capa. Em todo o caso, é um estudo de peso, nascido da realidade vivida e discutida dos últimos anos.

É exato o título? Na capa exterior vem, abaixo do título, a pergunta: "O que fará o padre que ama e sabe ser amado?" Pergunta discreta. Trata-se do padre celibatário que ama uma mulher e por ela é amado, e se pergunta: O que fará ele, o que deverá fazer? Vale a diretriz (tradicional) que exige separação imediata, ou existe autêntica possibilidade de viver um tal amor e manter intato o celibato? Para responder a esta pergunta, é preciso analisar não somente o amor humano entre os dois, mas também o amor a Deus e o amor apostólico. É o que faz o livro. Por isso o título é exato, trata do "amor no celibato".

O opúsculo reúne dois estudos de dois autores. O primeiro é de conhecida escritora alemã, Luise Rinser: *O celibato e a mulher* (Original: *Zoelibat und Frau*) Wuerzburg, Echter 1967); ocupa as pp 9-46, incluindo as notas do tradutor italiano (pp. 44-46). O segundo é deste mesmo tradutor italiano, G. Egídio Gentili S.J.: "O Amor no Celibato" (pp. 47-138), título que passou a ser de toda a obra. Foi publicado em italiano pelo Editor Piero Gribaudi, em 1969. Temo-lo aqui na ótima tradução portuguesa de Severino Cadorin.

O editor italiano esclarece, na "Introdução", o motivo que o levou a pedir ao P. Gentili a tradução do opúsculo de Rinser. É que Gentili acabara de escrever uma obra sobre o mesmo assunto: "L'Uomo, la Donna e Dio" (Alzani, Pierolo 1968), "no qual o autor sustenta a tese de que, na totalidade da doação a Deus, não é obstáculo de modo nenhum o amor, quando bem ordenado, e isto não só no matrimônio, mas também fora do matrimônio" (p. 7).

P. Gentili, por sua vez, explica por que aceitou o convite: "Na obra de Rinser, embora tão pequeno em volume, há uma alma verdadeira e profunda que merece ser posta à luz. Por isso acolhemos prazerosamente o convite para traduzi-la" (p. 49). Além de traduzi-la acrescentou notas e além das notas escreveu mais um opúsculo: "damos evasão aos pensamentos espontâneos por ocasião de nossa leitura". Em conseqüência disso saiu, não um simples comentário, mas uma contribuição original, com um interesse próprio, apresentando ao mesmo tempo o ponto de vista de um homem e de um sacerdote acerca de uma questão sobre a qual uma escritora estrangeira, com despreocupação descomunal expõem seu pensamento de mulher" (p. 49). E o leitor que quisesse

compreender melhor os pressupostos do seu pensamento, é convidado pelo autor a ler a sua obra anterior, acima citada.

Não é inútil que no início dos dois ensaios fossem apresentados dados biográficos essenciais de cada autor; revelam sua competência humana para o tema que tratam. Luise Rinser, nascida na Baviera em 1911; tendo feito estudos psicológicos e pedagógicos casou em 1939 e teve dois filhos; o marido morreu como soldado na Rússia em 1943 e ela, em 1944 e 45, passou pelos cárceres nazistas. Depois de um novo casamento com o compositor Karl Orff vive desde 1960 em Roma e Rocca di Papa. Acompanhou o Concílio Vaticano II como jornalista (p. 10). Egidio Gentili, laureado em biologia, dedicou-se sobretudo ao ministério dos exercícios espirituais e à direção espiritual. Sua produção literária abrange além do livro já citado uma obra sobre vida religiosa, uma biografia de fundadora de Congregação religiosa e um comentário ascético-místico ao Cântico dos Cânticos, editado em 1963 por "La Civiltà Cattolica". Os autores possuem pois credenciais e experiência para se pronunciar.

Não se trata de combater o celibato, nem de animar amizades entre padre e mulher, padre e religiosa, mas de elucidar mais profundamente realidades de amor e de renúncia que ocorrem no celibato; trata-se de ajudar a "encontrar um comportamento equilibrado nos contatos com a mulher... ter um encontro sadio com ela... levar avante (eventualmente) uma relação de amizade" (Cardeal Júlio Doepfner, p. 11), ver valores espirituais que daí podem advir a homens e mulheres religiosos da Igreja.

2. Luise Rinser parte de um confronto de dois pronunciamentos de autoridades eclesiásticas, dirigidos aos sacerdotes em 1967: o de Paulo VI na Encíclica "Sobre o celibato sacerdotal" e o do Cardeal Júlio Doepfner na sua Carta Pastoral aos Padres. De Paulo VI é citada uma passagem que adverte contra "esses impulsos de afetividade", e do Card. Doepfner as frases que acabamos de citar.

A autora julga serem duas atitudes diferentes e procura aprofundar o tema, indagando na "amizade intersexual" e no "Padre diante da mulher". E fez um inquérito: "Partindo de um caso concreto do meu ambiente, formulei a seguinte pergunta a certo número de padres: "O que se deve fazer, quando um padre se encontra com uma mulher que ele pensa em sua consciência ser o seu "alter ego", mas ao mesmo tempo não quer se casar, por crer no seu celibato"?"

Resumi as respostas em 9 tipos, aos quais então responde. Termina com 8 conclusões claramente formuladas, das quais destacamos estas três: - "não é verdade que o amor por uma mulher esteja em contradição com o amor de Deus; - é verdade que em todo

o tempo houve padres que viveram o amor por uma mulher sem por isso se tornarem maus padres; tornaram-se pelo contrário, até santos canonizados; - finalmente, é verdade que todos os padres que logo apresentam o pedido de redução ao estado leigo para o encontro com uma mulher... não se dão conta deste fato: que a própria renúncia, conquanto vivida na autenticidade, é capaz de levá-los à perfeição total"... (p. 42-43).

P. Gentili resume a posição de Rinser da seguinte maneira: ela "insiste em afirmar que para o padre que se acha em dificuldade por causa de uma mulher, não existe apenas a alternativa fuga ou casamento, mas há uma solução melhor, um amor sadio, vivido na virgindade. Disso serão capazes homens comuns - não só os santos - se forem ensinados. Esta é a tese de "Zoelibat und Frau". (p. 49). Ele então entra no debate, consciente de toda a complexidade dessa realidade, consciente da situação atual na Igreja em relação ao celibato e aos milhares de pedidos de laicização, consciente da imaturidade de muitos e das conclusões erradas que podem tirar (estamos na Itália de 1969). É uma atitude corajosa.

E o seu resultado?: 1) É partidário convicto de um celibato abraçado livremente e com vocação; 2) não aceita a assim chamada "terceira via", da qual se falava mais nos USA; 3) admite a tese de L. Rinser, mas não como regra: "Amizade com mulher será "exceção", não para todos e menos para jovens, ainda que carismáticos"; 4) descortina tantos aspectos de formação espiritual e do amor que devem levar àquela maturidade cristã que admiramos nos exemplos, ricamente aduzidos, dos santos mais antigos e homens espirituais modernos como Dom Marmion, Abbé Guéranger, P. Teilhard, que viveram semelhante amizade com uma mulher. 5) Reconhece a necessidade de uma "nova pedagogia" neste setor, mais desprevenida, mais abrangente, sem que desconheça as exigências da renúncia e da cruz.

"Estamos num campo novo, numa fase de procura" (p. 133). É preciso a contribuição de todos. Conclui com uma profecia quase comovente: "Lançamos uma semente... Confiamos no poder do Espírito... Chegará a hora da germinação e frutificação, para um celibato mais seguro e mais feliz. A Igreja ficará surpresa e edificada. Chegará aquele dia".

Uma pedagogia que precisamos exatamente para obter, em sacerdotes e religiosos(as), aquele comportamento espiritual superior que une estes três elementos: amor a Jesus Cristo e aos homens, amor que fez escolher a vocação celibatária; amor afetivo e cordial a homens, mulheres, crianças; para cujo bem se trabalha; desprendimento e liberdade interiores, fruto da graça divina e da autenticidade humana. Este é o discípulo e o apóstolo de Jesus

Cristo. É "O amor no celibato", necessário para o ministério pastoral, para a múltipla cooperação de sacerdotes, religiosas, leigos, leigas que hoje vivemos.

3. Que mais dizer do livro? Percebemos o seu valor notável, pelas análises penetrantes e realistas, com que introduz no cenário das "subtilezas desta problemática muito complexa" (133), pela quantidade de fatores focalizados, de exemplos aduzidos, pelo apelo a uma perfeição cristã que envolve também este setor do relacionamento intersexual.

Jesus Cristo sempre é o modelo do sacerdote e da religiosa, também no relacionamento intersexual. Outra coisa é atingir o modelo. Não colocou a Divina Onipotência ao início do Cristianismo outro exemplo sublime de "amor no celibato" de dois homens, criaturas como nós? O matrimônio virginal de José e Maria! Quem ousaria dizer, que não se amavam? Quem os iria acusar de pecado? Quem vai medir o seu amor a Deus Pai, Filho e Espírito Santo, chegado tão perto deles, envolvendo-os na sua própria vida, fazendo-os cooperadores do novo amor divino a invadir a nossa terra! E o que Ele quer, "senão que arda"? "Quem o pode compreender, compreenda-o".

Por outro lado é lícito perguntar: tudo isto não lança também uma luz sobre a possibilidade do sacerdócio de homens casados? Da possibilidade, aliás, ninguém duvida; pois, ela está registrada expressamente no NT e existe até hoje inclusive na Igreja católica romana, isto é nas Igrejas orientais unidas. Não é questão da possibilidade, mas da conveniência maior global. A discussão sobre o assunto nunca acalmou na Igreja. Se o livro quisesse tratar esse tema, deveria entrar em ponderações ulteriores sobre sexualidade, vida conjugal e familiar no seu relacionamento com espiritualidade e ministério sacerdotal. Estes aspetos não fazem parte explícita do tema.

Mas quando Rinser pergunta, se o Papa não "supervaloriza o perigo da inclinações do coração" e "subestima o homem" (17), fica a dúvida, se ela ali não subestima o desejo sexual do homem e pensa, como mulher, de preferência nas "inclinações do coração", no amor dos afetos e sentimentos. Não seria difícil demonstrar hoje a prepotência do sexo sobre o amor. Bastaria lembrar as lutas em torno do divórcio, aborto, e lançar um olhar na "revista do Homem". O P. Gentili por isso insiste com mais força na necessidade da oração e na capacidade de renúncia.

Surge neste contesto outro problema e uma tarefa a cumprir: um maior esforço de reconhecer na vida sexual matrimonial o sublime dom de Deus que é, de integrar melhor sua vivência na espiritualidade do homem e do matrimônio. É um dever de não

abandonar o sexo ao abuso imoral, destrutivo, brutalizante, ou de simples instrumento de prazer e de pecado. O "Cântico dos Cânticos" da Bíblia fala outra linguagem. Sexo é também um caminho para o céu, caminho de amor, alegria e vida para a felicidade dos homens e o amor de Deus, quando integrado na totalidade do homem, filho de Deus.

O celibato religioso, segundo o NT, será, como sempre foi (ao menos em teoria), para os que o querem livremente na fé e no amor e julgam ter a vocação, a graça e a força para essa vida. Se serão muitos ou poucos, depende do Espírito de Deus "que sopra onde quer" e da cooperação de todos. "Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às Igrejas" (Apo 2,29).

Pe. Frederico Laufer, S.J.

RICHARD, Pablo e TORRES, Esteban: Cristianismo, lucha ideologica y racionalidad socialista. (Col. Estudios Sigueme /18). 126 pp., 21 x 12 cm. Ediciones Sigueme. Salamanca. Espanha. 1975.

Pablo Richard é professor de teologia no Chile, sacerdote do grupo dos 80. Vive e trabalha em São José de Chuchunco junto com outro grupo de sacerdotes. Participou ativamente no 1º encontro latinoamericano de cristãos para o socialismo. É autor de obra mais recente: "Cristianos por el socialismo. História y documentación", Salamanca 1976.

Todo o material apresentado neste livro quer ser uma contribuição fraterna a outros cristãos que em situações diferentes, mas em uma mesma luta militam por um futuro melhor para milhões de pobres e explorados do mundo inteiro. Querem apresentar sua experiência a outros que, a partir de uma prática histórica de libertação, buscam o rosto de Deus e refletem sobre sua fé e sua esperança, pois cada dia cresce o número de cristãos que militam no seio do movimento popular. Estes artigos já foram publicados em revistas tais como: "Teologia y vida", "Cuadernos de la realidad nacional", "Trabajo social", todas de Santiago. Há um capítulo exegético - O Êxodo: a busca de Deus na luta política libertadora (67-82). Sobre cristologia: "Cristologia y racionalidad politica" (83-91). Sobre doutrina de segurança nacional: "A teologia da ditadura militar chilena" (92-119). Sobre a instrumentalização do cristianismo em forma de entrevista: "O cristianismo como instrumento da ideologia burguesa" (120-126).

Os artigos deste livro tem sua raiz no processo histórico vivido no Chile desde o triunfo da Unidade Popular, em 1970. Um processo gestado pelo povo, a classe operária e suas vanguardas políticas. Os autores se situam neste processo não como simples intérpretes mas como transformadores práticos da realidade. Do coração desta prática trataram de fazer teologia. Tudo o que apresentam foi uma produção teológica coletiva. Buscaram expressar aquilo que tantos cristãos sofreram e viveram em situações bem diferentes. Muitos sofreram a tortura, a perseguição e a morte. Outros estão presos ou desapareceram, outros trabalham na resistência chilena.

Apresentam ao princípio alguns artigos de interesse geral e com maior desenvolvimento teórico. Os três primeiros têm uma mesma linha e correspondem a uma mesma inquietude: a busca de uma racionalidade que permite fazer teologia historicamente significativa. Esta é a racionalidade da prática política, a racionalidade socialista que os põe em clara ruptura com o pensamento idealista próprio da teologia dominante. Não são temas teológicos, mas a busca de uma nova forma de fazer teologia. Trata-se de definir bem o ponto de partida para poder refletir sobre o significado histórico da nossa fé. A partir de uma experiência e de um pensamento não-teológico, caminhar para uma reflexão teológica. A intuição que pretendem desenvolver guiou todo o esforço de luta ideológica que grupos, como os cristãos para o socialismo, trataram de desenvolver durante os 3 anos da Unidade Popular.

Os restantes artigos são como exercícios práticos dos três artigos anteriores. Todos apontam à busca de uma evangelização libertadora. Uma evangelização que é prática, histórica, conflitiva e cheia de esperança. Uma evangelização que se situa na vida do homem concreto, o homem que busca pão, teto e abrigo e que trabalha para consegui-lo. A evangelização libertadora põe o sábado a serviço do homem, e não o homem a serviço do sábado; não dá a César o que pertence a Deus, nem dá a Deus o que pertence a César. A evangelização libertadora crê na ressurreição da carne, na eternidade do homem concreto; crê que a salvação vem pela fé e não pela lei, o estado ou a moral. A evangelização constrói um cristianismo de ressurreição oposto a um cristianismo da cruz mal entendida, que oprime o homem concreto em nome da lei, dos valores e do homem abstrato. Na busca desta evangelização libertadora ou conscientização evangélica os autores oferecem as páginas deste livro.

SEGUNDO, Juan Luis, S.J.: Teologia aberta para o leigo adulto. Tradução do original castelhano do Pe. Francisco Alencar Arrais e Pe. Francisco da Rocha Guimarães. 200 pp. 21 x 14 cm. Edições Loyola, São Paulo 1976.

Juan Luis Segundo, uruguaio, é doutor em Letras pela Sorbonne e especialista em eclesiologia do departamento pastoral do Celam, autor de vários livros já traduzidos ao português, seu último livro intitula-se: "Liberacion de la teologia" que logo será publicado em português por esta mesma editora.

Teologia para o leigo adulto consta de 5 volumes: 1. Essa comunidade chamada Igreja. 2. Graça e condição humana. 3. A nossa idéia de Deus. 4. Os sacramentos hoje. 5. Evolução e culpa. Tratam respectivamente sobre eclesiologia, a graça libertadora, a Trindade, os sacramentos e a moral, sempre do ponto de vista da libertação dos povos latino-americanos.

Esta obra já foi traduzida para o inglês, francês e italiano. Escrita há 10 anos, a obra está sendo revista pelo autor e futuramente será lançada em um só volume. O maior reparo será ressaltar mais o aspecto da libertação, que é o que mais importa ao leitor, se bem que esta realidade já esteja presente na obra. Os conteúdos e a linguagem são sempre acessíveis ao leitor leigo para quem a obra se destina em primeiro lugar, mas sempre com um forte acento pastoral, em diálogo com as ciências humanas, é aí justamente que está a grande originalidade e a profundidade do autor. Cada capítulo é seguido de notas referentes ao mesmo assunto, questionário, textos conciliares comentados e textos bíblicos comentados.

O que pretende o autor? Oferece ao leitor uma visão renovada da teologia, que visa uma prática pastoral conscientizadora e transformadora da realidade. Reelabora, em contato com grupos de leigos, toda a teologia a partir da situação dos povos oprimidos, o que lhe dá vigor e originalidade, portanto não só oferece temas teológicos, mas refaz por dentro, reelabora toda a teologia desde os Santos Padres, os documentos eclesiásticos, a Tradição, até hoje.

Por que é uma teologia aberta? Porque não se confina ao âmbito meramente intra-eclesial. Justamente abre a teologia e reflete em vista ao ecumenismo, em diálogo com as ciências, em diálogo com os assim chamados "ateus", está aberto à racionalidade política.

Como o faz? Com o auxílio da antropologia, da sociologia, da psicologia, da pedagogia (Paulo Freire), da teoria da evolução

(Teilhard de Chardin), da filosofia (Berdiaef, Marcuse) e evidente da própria teologia, e dos mestres da suspeita (Freud, Marx).

Creio que é intenção do autor oferecer teologia latinoamericana, ou simplesmente teologia (se não fosse a partir da nossa situação não seria teologia), para que o leitor não precise recorrer a autores europeus que refletem em base a outra realidade. E neste sentido esta obra dá um passo irreversível e seguro na caminhada da teologia da libertação. Para mim é um dos mais importantes lançamentos das Edições Loyola, para o crescimento da Igreja.

Balduino José Ody, S.J.

DUQUOC, Christian: Jesus, hombre libre. Esbozo de una cristologia. (Col. Materiales, 5). Traduzido do original francês por Alfonso Ortiz. 126 pp., 21,4 x 13,4 cm. Ediciones Sigueme. Salamanca. 1975.

Duquoc, professor de teologia dogmática em Lyon, França, é o conhecido autor de "Christologie. Essai dogmatique", que está sendo publicada em português pelas Edições Loyola. Diante da problemática de movimentos em torno a Jesus e de estudos cristológicos modernos, nos quais muitas vezes, como em todos os tempos, se coloca a alternativa indevida de escolher entre Jesus, o homem histórico, e Cristo, o Senhor da fé, o autor na presente obra procura mostrar quem é Jesus na inseparável unidade das duas realidades.

O caminho seguido pelo autor e suas reflexões permitem ao leitor entrever a identidade de Jesus, vivida e professada nos primórdios do cristianismo: "Que toda casa de Israel saiba com a maior certeza de que este Jesus, que vós crucificastes, Deus o constituiu Senhor e Cristo" (Atos 2,36).

Duquoc parte do "acontecimento pascal, sua importância na Cristologia" (1). Depois, prescindindo na medida do possível da fé pascal, mostra como Jesus, por suas atitudes, ações e palavras, aparece como um homem livre, um homem que tem autoridade (2). A seguir apresenta a "Jesus segundo o juízo de seus contemporâneos" (3). No quarto capítulo aborda o delicado problema do "testemunho de Jesus sobre si mesmo" (4). Tudo isto leva Jesus ao "processo e à morte" (5), e culmina na "experiência pascal (dos apóstolos): Jesus vivo" (6). No capítulo sétimo o autor apresenta o aspecto libertador de Jesus Cristo para os homens: "Jesus torna o

homem livre" (7). Finalmente reflete sobre a identidade última de "Jesus o filho, rosto humano de Deus" (8). Mais uma vez mostra os exageros das posições extremas, o falso das alternativas: "Jesus histórico ou o Cristo da fé", "Homem ou Deus". Alerta como a própria fé tradicional em Jesus, Filho de Deus, pode na prática esvaziar a realidade humana de Cristo.

Tanto a reflexão do autor como a compreensão do leitor "exigem uma grande honestidade ante as fontes neotestamentárias e ante a maneira com que no curso da história da igreja os cristãos viveram e interpretaram a sua fé, assim como ante as incertezas e as dúvidas de hoje" (pg. 14).

Pe. Claudio Luiz Bins, S.J.

MARTINS TERRA, João E. - "**Jesus de Nazaré nos Evangelhos Sinóticos**" (Série Bíblica/2). 80 pp. 21 x 14 cm. Ed. Loyola, São Paulo, 1977.

É uma pequena obra que procura expor de uma maneira clara e concisa o problema dos Evangelhos Sinóticos e a sua concepção sobre Jesus de Nazaré. Inicia dizendo que o querigma cristológico da Igreja primitiva é essencialmente pascal, messiânico e soteriológico. A reflexão sobre este querigma deu origem a uma cristologia bíblica. Nesta cristologia não há uma descontinuidade entre o Cristo pascal e o Jesus histórico. Em torno deste binômio é que se formulou a cristologia sinótica.

O Capítulo primeiro expõe a questão sinótica procurando mostrar as concordâncias e discordâncias entre os sinóticos e o esquema narrativo comum aos três. No capítulo segundo o autor apresenta as diferentes tentativas de solução da questão sinótica com a respectiva crítica a cada uma delas. Estas tentativas são a Hipótese da dependência mútua, de S. Agostinho; a Hipótese do Evangelho primitivo, de Lessing e Eichhorn; a Hipótese das "diégeses", de Schleiermacher; a Hipótese da Tradição oral, de Herder e Gieseler; a Hipótese das Duas Fontes, de Wilke, Weisse e Holtzmann; a Hipótese complexa, de Vaganay, e a Hipótese da múltipla documentação, de Cerfaux, Grelot e Léon Dufour. No capítulo Terceiro explica a solução do problema sinótico baseada no método da "Formgeschichte" e da "Redaktionsgeschichte". A "Formgeschichte" pretende estudar a formação e as formas do Evangelho

determinando as leis e as circunstâncias que deram origem às diferentes partes da tradição evangélica oral. Tal método considera os evangelistas meros compiladores de pequenos relatos evangélicos. Hoje este método é completado pela "Redaktionsgeschichte" que valoriza a contribuição pessoal de cada evangelista, estudando a escolha dos elementos da tradição e o plano de disposição destes elementos. No capítulo seguinte, o autor apresenta a figura histórica de Jesus de Nazaré nos evangelhos sinóticos. Em primeiro lugar, os apóstolos e pregadores não forneceram muitas informações históricas sobre Jesus porque os seus ouvintes tinham conhecimento dos acontecimentos relativos a sua pessoa. Diante dos fatos sobre a vida de Jesus relatados pelos evangelistas pode-se ter três posicionamentos: o otimismo ingênuo que converte sem mais as notícias dos evangelhos numa vida de Jesus (Ricciotti, Papini); o ceticismo radical que renuncia a priori a considerar os evangelhos como fontes históricas (Bultmann) e o Indiferentismo querigmático que aceita que se possa dizer algo sobre a história de Jesus mas dizem que isto não interessa. O que importa é a fé. Estas três posições rompem a conexão indissolúvel entre fé e história. O que podemos dizer sobre os fatos da vida de Jesus de Nazaré? Os acontecimentos relatados pelos evangelistas que tem maior garantia de certeza histórica são aqueles que dificultam a propagação da doutrina e que afastava os ouvintes (morte na cruz, procedência nazarena, etc). Por outro lado, há fatos atestados pela credibilidade geral dos evangelhos e que são insuspeitáveis. No capítulo quinto, o autor explica como ensinava Jesus de Nazaré e qual era o conteúdo de sua mensagem. Jesus ensinava por meio de parábolas, disputas, instruções breves, máximas de sabedoria, ameaças, palavras proféticas e apocalípticas, palavras imperativas e de autoridade etc. O conteúdo da mensagem de Cristo era o Reino de Deus, presente por meio dos sinais dos tempos mas ainda não em plenitude. No último capítulo expõe os diferentes estágios da cristologia bíblica: a cristologia de Jesus pré-pascal; a cristologia arcaica; o estágio palestinese da cristologia e o estágio helenístico da cristologia. Estes diferentes estágios aparecem nas cristologias do Novo Testamento.

Finalmente convém ressaltar um aspecto didático da obra de Martins Terra que é a colocação de temas para a revisão, discussão e aprofundamento no final de cada capítulo.

J. R. Junges, S.J.

BARREIRO, Álvaro, S.J.: Comunidades Eclesiais de Base e Evangelização dos Pobres (Col. Teologia e Evangelização 1), 96 pp., 21 x 14 cm., Edições Loyola, São Paulo, 1977.

Com este pequeno ensaio, inicia-se uma nova coleção das Edições Loyola: Teologia e Evangelização. O quadro terceiro-mundista - e, mais concretamente, latino-americano - em que o Brasil se situa volta a atenção do seu pensamento teológico para a prática pastoral antes do que para a teologia especulativa. Por isso, é importante que haja também pensadores que reflitam sobre essa práxis cristã, tentando descobrir as suas linhas mestras de inspiração teológica. Neste sentido, é auspicioso que o primeiro estudo desta nova coleção trate das Comunidades de Base. De fato, como já escrevemos em outro lugar, se se quer construir uma Eclesiologia verdadeiramente latino-americana, é necessário conhecer o conceito de Igreja latente nesse movimento que se espalha pelo Brasil afora. Os seus mentores falam em 40.000 comunidades existentes no território nacional. É difícil comprovar a fidelidade de tal estimativa. Mas não há dúvida que as Comunidades Eclesiais de Base cresceram espetacularmente nos últimos anos.

O estudo de BARREIRO baseia-se nos relatórios apresentados aos dois primeiros Encontros Inter-Eclesiais de Comunidades de Base. Trata-se, portanto, de uma visão interior, projetada pelos mesmos que se engajaram nessa via pastoral. Para uma reflexão teológica, creio que teria sido útil também uma observação "do lado de fora". Ou mediante visitas a essas comunidades ou mediante o confronto com visões críticas, proporcionadas por outros observadores. Os relatórios dos encontros de Vitória têm todo o fervor dos neo-conversos: gente que descobre de repente a beleza do Evangelho. Por isso, em muitos pontos, mais do que exame auto-crítico, parecem declaração programática ou ação de graças pela tarefa realizada.

O autor considera as CEBs como instrumento fundamental de evangelização dos pobres, no sentido bíblico do termo. A este respeito, é muito interessante o estudo que faz sobre a pobreza no Antigo e no Novo Testamento. Depois, apresenta-nos as CEBs como realizadoras da boa-nova do Reino proclamado por Jesus, num duplo sentido: como evangelizadas e como evangelizadoras. O conjunto do estudo de BARREIRO poderia dar uma certa impressão de idealismo. Baste uma amostra: "As CEBs não caem no temporalismo nem no espiritualismo..., não são conservadoras nem progressistas. Elas mantêm unidos em tensão dialética e fecunda os dois

extremos do arco da existência cristã: oração gratuita e ação libertadora”. Não pretendo diminuir a importância e o valor das CEBs, mas não creio que se possa afirmar isso, pura e simplesmente de todas as CEBs. Como em toda obra humana, há seus mais e seus menos. Indicá-los não significa pôr pedras no caminho, mas ajudar na caminhada.

Jesús Hortal, S.J.